

Mensalão: PGE entra com nova ação na Justiça

Novo passo é esclarecer as graves denúncias de supostos desvios de verbas públicas



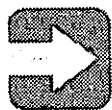
ORI
R

O mensalão sergipano volta a ser notícia na imprensa local. Isso porque, na tentativa de esclarecer denúncias acerca dos supostos desvios de verbas públicas, a Procuradoria Geral do Estado (PGE) ingressou na Justiça com uma nova ação contra a Fundação Hospitalar de Saúde (FHS) e a empresa Transur Recursos Humanos Ltda.

A ação requer o cancelamento de contratos supostamente ilegais, celebrados entre essas empresas e denominados de Termos de Antecipação de Recebíveis. Por meio desses documentos, segundo a PGE, foi possível reconhecer uma dívida da Fundação, que, por sua vez, acabou encaminhando sua suposta credora, a Transur, ao Banco do Estado de Sergipe (Banese), para obtenção de financiamentos bancários facilitados.

Ainda segundo a PGE, desde que a denúncia veio à tona, três fatos chamaram a atenção. O primeiro deles, diz respeito à declaração dos atuais administradores da FHS, que antes negavam a dívida com a Transur. Esse fato tornava mais grave ainda a conduta da Fundação, já que implica no reconhecimento de falsidade ideológica, uso de documento falso e possível estelionato.

Outro ponto questionado pelos procuradores está no fato de que as entrevistas do representante legal da Transur, Wellington Carioca, que sempre teria afirmado que não recebia da FHS os pagamentos contratuais (e, pior, os créditos dos empréstimos celebrados por orientação da



A AÇÃO REQUER O CANCELAMENTO DE CONTRATOS SUPOSTAMENTE ILEGAIS, CELEBRADOS ENTRE ESSAS EMPRESAS

Fundação), foram entregues aos diretores da FHS. Eles, por sua vez, estariam se comprometendo a repassar mensalmente à empresa uma parcela de amortização.

• Crédito podre

A PGE destaca, também, que os empréstimos foram realizados à margem das regras bancárias do Banco Central do Brasil (Bacen), gerando um prejuízo direto ao Banese, conhecido como "crédito podre". Os procuradores afirmam que com esse calhamaço de atitudes, o dano ao Estado foi duplo, ou seja, o banco não apenas repassou dinheiro a Fundação sem que o contrato com a Transur fosse pago, como também prestou dinheiro à Transur com consentimento da FHS, e também não recebeu o pagamento devido.

Durante audiência realizada no dia 25 de fevereiro, a Transur confirmou a intermediação das operações bancárias e o repasse informal, inclusive, do dinheiro obtido junto ao Banese para a FHS, estando o processo com a Juíza para apreciação da liminar solicitada pela PGE.

Em outra linha, várias representações foram formuladas pela Procuradoria junto aos **ministérios públicos** e Bacen, requerendo a abertura de procedimentos para apuração de supostos crimes contra a ordem financeira, a economia popular e a administração pública.

A PGE adianta que outras investigações recentemente concluídas gerarão novas ações nos próximos dias, entre elas, a descoberta de esquema milionário de fraude de licitação, envolvendo locação de carros. Os procuradores destacam que tal fato pode gerar improbidade administrativa e representação ao **MP** para abertura de processo criminal.

• FHS

Por meio de nota, a FHS esclarece que efetuou o pagamento integral de todas as notas fiscais faturadas pela empresa Transur, por isso, não está existindo débito com a referida empresa, seja este pagamento efetuado a crédito da empresa ou até mesmo por intermédio de bloqueio judicial.

A FHS esclarece, ainda, que na audiência realizada no dia 25 de fevereiro de 2013, que teve caráter conciliatório, as partes alegaram sucintamente suas razões e o pleito liminar foi encaminhado para apreciação da juíza, situação que permanece até os dias de hoje.

"Vale ressaltar que a ação em tela não visa apurar qualquer tipo de crime e restringe-se, apenas, a requerer a anulação dos termos de compromissos firmados entre a FHS e a Transur. Cumpre ainda esclarecer que em momento algum foi reconhecida pela empresa em audiência a ocorrência de repasses informais dos créditos do Banese à FHS", diz a nota.

Por telefone, a reportagem procurou o Banese para ouvir o seu posicionamento sobre o assunto. A resposta ficou de vir em seguida, mas até o fechamento desta matéria isso não aconteceu.